

# O peso dos gastos públicos

por José Casado  
de São Paulo

O relançamento da economia, através da reativação e do redirecionamento dos investimentos públicos em áreas não dependentes de importação de matérias-primas ou bens industriais, foi defendido ontem pelos empresários Dilson Funaro, Jorge Wilhelm e Nelson Gomes Teixeira, ex-secretários do Planejamento e da Fazenda do Estado de São Paulo, durante um debate com a diretoria da Federação do Comércio.

Dilson Funaro fez uma análise do peso do Estado na economia brasileira, mostrando — a partir de dados oficiais — que os gastos do governo e dos agentes econômicos estatais são responsáveis por 36% da formação do Produto Interno Bruto (PIB), por 47% do investimento total realizado no País e por 30% da oferta global de emprego. E observou que o controle dos gastos públicos é necessário, “mas não é pela via do controle absoluto que vamos poder retomar a economia e controlar o processo inflacionário”.

Na sua opinião, o governo “tem de fazer alguma coisa urgentemente”, porque o custo social de uma recessão econômica — segundo ele, já evidenciada em todas as estatísticas disponíveis — “é muito alto para a livre iniciativa deste País e não se justifica apenas sob o ponto de vista de que é preciso equilibrar em

US\$ 1 bilhão ou 2 bilhões o balanço de pagamentos”. O ex-secretário da Fazenda, no governo de Roberto Costa de Abreu Sodré, considera que “esta recessão não seria necessária”, se o País dispusesse de “um projeto sério para negociar com seus credores a atenuação dos problemas do balanço de pagamentos”. E acrescentou: “Só os países avançados podem usar a sofisticação da recessão como meio de controle, porque estão preparados para isso”.

## A RENEGOCIAÇÃO

Na mesma linha de raciocínio, Jorge Wilhelm, ex-secretário de Planejamento, no governo de Paulo Egydio Martins, defendeu uma “renegociação da dívida externa em alto nível e não em termos de piada, como fez recentemente o ministro do Planejamento”.

Ele acha que o governo brasileiro “pode conseguir melhor margem de manobra na administração da dívida, sem necessidade de pedir moratória”. Para tanto, o governo teria de encaminhar a questão com cuidado e ao nível de suas relações externas, “mesmo a partir de mesas de negociação como a de Cancun (México)”. No plano interno da economia, segundo Wilhelm, “há o que mexer na política tributária, onerando, por exemplo, um pouco mais o setor financeiro, que tem sido o beneficiário da crise”.

Nelson Gomes Teixeira, que ocupou a Secretaria da Fazenda no governo de

Egydio Martins, entende que “a recessão é muito mais produto de descalambros administrativos na área federal e do centralismo ditatorial do que de quaisquer outros fatores”. Para ele, o que falta é um planejamento adequado da economia “com um controle efetivo da administração indireta, coisa que até agora não se conseguiu, com uma redução da escorchantes carga tributária e com a priorização dos gastos estatais, pois não é possível jejuar construindo usinas nucleares”.

Após ouvir esses comentários, o ex-governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, um dos líderes do Partido Democrático Social (PDS) no Estado — que participou do debate como convidado especial —, comentou que “o problema não é de natureza econômica, mas é, sim, eminentemente político”.

“A única saída que vejo”, disse ele, “é a democratização, que é o compromisso do presidente para com a Nação. Quero dizer, a propósito, que fiquei estarecido quando li, no último fim de semana, declarações do ministro da Justiça, segundo as quais, se o meu partido não ganhar a eleição de 1982, está tudo perdido. Ora, isso é uma insanidade. Temos até de admitir a alternância no poder, porque senão não resolveremos o problema econômico e muito menos erradicaremos a sua causa política básica — a arbitrariedade”, concluiu.